



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sede da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência do seu excelentíssimo Presidente, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da atividade da Câmara (período compreendido entre 18 de janeiro e 20 de junho de 2012);**
- 2. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e seu substituto para participar, em representação do Município do Crato, no XX Congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dia 29 de setembro de 2012;**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Rui Miguel Varela Chorrinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, João Maria Marchão, António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho e Alda Maria Antunes Grácio.

A eleita Olga Maria Amaro Domingos Capão fez-se substituir por Valentim Carrajana Gargana.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra; Presidente da Junta de Freguesia de Crato e Mártires, José António Correia Belo; Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino; Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho Mafaldo; Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Marco Fernando Duque de Mendonça.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, Manuel de Carvalho Grilo fez-se substituir pelo senhor António Manuel Iria Matias.

No que respeita aos **membros do Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, João Teresa Ribeiro, do senhor Vereador Fernando Jesus Santos Gorgulho e do senhor Vereador João Manuel Ferreira Farinha, registando-se a ausência da senhora Vereadora Fernanda de Lurdes Pinto Massano e do senhor Vereador José Correia da Luz.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, informou da ausência da senhora Vereadora Fernanda de Lurdes Pinto Massano que antecipadamente o informou da sua ausência.

Registou-se ainda a presença de público.

Verificado o quórum necessário o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva** deu início aos trabalhos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Foi apresentada, pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, um Voto de Pesar o qual foi lido de seguida.

“Voto de Pesar



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

*A Assembleia Municipal do Crato reunida em Sessão Ordinária a 29 de junho de 2012, na Sede da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do senhor **Joaquim Calhaço Subtil**, antigo autarca do Concelho do Crato.*

*O seu entusiasmo, dignidade, humildade e entrega pelo Poder Local foi e será um exemplo, para todos aqueles que, à semelhança de **Joaquim Calhaço Subtil**, também dedicam parte do seu tempo, de alma e coração, ao Concelho do Crato.*

Aldeia da Mata, 29 de junho de 2012

A Assembleia Municipal do Crato”

Havendo acordo por parte de todos os membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou o Voto de Pesar à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, deu conhecimento de uma carta remetida pela senhora Capitolina Paulo Durão, aquando da sessão ordinária de 30 de abril de 2012, pelo facto do membro Prof. Miguel Batista na sua intervenção se ter referido aos painéis fotovoltaicos que estão instalados no terreno da senhora Capitolina Durão.

De seguida passou-se à apreciação da **proposta de ata** da sessão ordinária de **30 de abril de 2012**.

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, informou que todas as sugestões apresentadas por alguns membros da Assembleia Municipal foram aceites.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que na ata está explanada a sua posição relativamente ao Documento de Prestação de Contas, mas que faltam a posição do senhor Presidente da Câmara, a qual considera ser importante estar em ata, quando este refere que se houver alguma página do Documento de Prestação de Contas de 2011 igual ao Documento de Prestação de Contas de 2010, colocava o seu lugar à disposição.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Tomou a palavra a **Dr.ª Alda Grácio, do PPD/PSD**, dizendo que antigamente as Câmaras Municipais tinham quadro de Pessoal e agora é Mapa de Pessoal e que, também existem os tarefeiros, por isso, numa ata não pode vir referenciado um tarefeiro como técnico da Câmara Municipal e considerando que é uma ilegalidade disse **votar contra** a ata.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que por motivos técnicos não conseguiu abrir a ata no seu computador e, portanto, não enviou as sugestões de alteração à mesma atempadamente, solicitando o seu envio posteriormente.

Disse que tem algumas alterações de pormenor que não desvirtuam o conteúdo, mas que irá **abster-se** na votação da ata.

Disse que tinha referido que em termos rodoviários, o Plano Nacional começou por ser as IC's e mais tarde as SCUT's e é um Plano Nacional que já disse, em vários contextos, que considera ser uma fraude nacional e é esse espírito que quer que se mantenha.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, para dizer que, se a Dr.ª Alda considera que a ata é ilegal, para que não fiquem dúvidas, deveria mandar cópia da ata para as entidades competentes, para que estas se pronunciassem.

Depois de todas as intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou a ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2012 à votação a qual foi **aprovada** por **maioria**, obtendo o seguinte resultado:

a) 18 (dezoito) **Votos a favor**, a saber:

- **9 votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Rui Miguel Varela Chorinca, Rui da Silva Matos Dias, João José Marcelino Pires, Francisco José Rei Alexandre, João Maria Marchão, Presidente da Junta de Freguesia do Crato e Mártires, José António Correia Belo e António Manuel Iria Matias;



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

- **8 votos do Grupo do PS:** António Belo Salvado Pratas, Miguel Romão Caldeira Baptista, António Manuel Freire Louro, Luís Duarte Lopes Tomé, José Maria Mendes Fura, Valentim Carrajana Gargana, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Hélder Francisco Martinho Serra e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho Mafaldo;
- **1 voto do Grupo do PPD/PSD:** Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra Marco Fernando Duque de Mendonça;

b) 1 (um) **Voto contra**, a saber:

- **1 voto do Grupo do PPD/PSD:** Alda Maria Antunes Grácio;

c) 2 (duas) **Abstenções**, a saber:

- **2 votos do Grupo do PPD/PSD:** António Rodrigues de Carita e Lopes Caladinho, Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, Celestino Marques Faustino.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, referindo-se à carta da senhora Capitolina Paulo Durão e dizendo que na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012, questionou o senhor Presidente da Câmara se havia alguma autorização para a instalação daqueles painéis fotovoltaicos, uma vez que estão colocados numa propriedade dentro da vila, o que considera que choca um pouco, pois são bastante grandes.

Disse que nessa reunião, não obtendo resposta da parte do senhor Presidente da Câmara, informou que até ficou contente pelo facto da senhora, proprietária desse painéis, ter respondido e informado que a Câmara Municipal não dá parecer sobre este tipo instalação de painéis fotovoltaicos.

Informou também que no final da reunião anterior a senhora Eng.^a Isabel Pimentel, ainda falou sobre o assunto mas considera que oficialmente não obteve nenhuma resposta.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que a senhora Capitolina Durão está no seu direito de responder e que um munícipe também tem o direito de considerar que os ditos painéis não estão bem localizados.

Referiu que a senhora está bastante bem informada uma vez que ainda não existia ata dessa reunião e a munícipe já se teria manifestado, através de uma carta, sobre a posição relativamente aos painéis, concluindo que alguém a teria informado.

Foi apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, **Celestino Marques Faustino**, um **Voto de Pesar** pelo falecimento do 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia de Flor da Rosa, **António José Correia Levita**.

Havendo acordo por parte de todos os membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou o Voto de Pesar à votação o qual foi **aprovado por unanimidade**.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que relativamente à intervenção do Prof. Miguel Batista seria necessário esclarecer que o mesmo, como eleito desta Assembleia Municipal, tem todo o direito de questionar sobre uma questão e que a Assembleia não deve permitir ingerências exteriores quando estas podem versar sobre a privacidade de um eleito local.

Disse que, o que é dito na Assembleia Municipal por parte dos eleitos tem meramente a responsabilidade política e não a responsabilidade penal ou criminal.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que relativamente à ata que acabou de ser votada, ata da reunião do dia 30 de abril de 2012, na sua página 31 está plasmada uma interpelação do eleito António Pratas, a qual é dirigida à sua pessoa, sobre a urbanização da Tapada das Encarreiradas em Monte da Pedra.

Referiu que, sobre o assunto, responderia nos termos em que qualquer dos senhores eleitos poderia fazer, porque as informações em causa constam da documentação da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Assembleia e da Câmara Municipal recolhidas ao longo dos últimos anos e que todas estas informações se encontram registadas na documentação de ambos os órgãos e nada foi inventado nem manipulado.

Disse que em 4 de maio de 1986, a Câmara Municipal do Crato aprovou as Normas para regulamentar a alienação de 66 lotes de terreno municipal, situados na Tapada das Encarreiradas, na Freguesia de Monte da Pedra, citando alguns dos pontos essenciais das “Condições Gerais”:

“Ponto 5.º - Cada licitante não poderá adquirir mais do que um lote;

Ponto 6.º - ...e a eles não poderão concorrer os que já possuírem habitação própria em boas condições de habitabilidade;

Ponto 10.º - No ato da praça abrir-se-á licitação verbal entre os concorrentes que devem ser os próprios ou outrem, munidos de procuração suficiente para o ato;

Ponto 13.º - A falta de pagamento...ou a falta de cumprimento de qualquer das condições gerais e especiais, importará a imediata rescisão do contrato, revertendo para o Município não só o terreno como também as benfeitorias nele introduzidas, sem que este tenha que restituir as verbas já pagas;

Ponto 14.º - O adquirente obriga-se à construção dentro do prazo fixado na norma seguinte;

Ponto 15.º - É de dois anos o prazo para construção do edifício, contado a partir da data da assinatura da escritura de compra e venda do lote do terreno;

Ponto 18.º - n.º 3 - A escritura da compra e venda é obrigatória e será celebrada na data de pagamento dos 90% do custo do lote, citados na norma 12.º, sendo responsável pelos encargos consequentes o licitante;”

Referiu que na ata n.º 19/89, de 3 de outubro, acedendo ao pedido do Grupo Desportivo Cultural e Recreativo Montepedrense, consta a deliberação camarária de ceder-lhe dois



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

lotes de terreno, ao preço unitário de 1.000\$00/cada, para construção da sua sede. Por insuficiência financeira do Grupo, para pagar os 2.000\$00, a cedência não terá sido concretizada.

Disse que em 30 de junho de 2006, a CDU apresentou, através da Assembleia Municipal, um requerimento, à Câmara Municipal do Crato, solicitando informação sobre:

- Quais os lotes disponíveis para alienação;
- Quais as datas de alienação, em hasta pública, dos lotes que ainda não foram ocupados;

Informou que em 14 de setembro de 2006, o Presidente da Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal respondeu que:

“- Não se encontram de momento lotes disponíveis para venda;

- As datas de alienação em hasta pública dos lotes ainda não ocupados (em 14.9.2006), situam-se entre 6.9.1995 e 15.3.2000, em número de 20;

Relativamente a 9 dos lotes, cujos números são indicados, a informação recebida foi que *“aguardam escrituras, os restantes lotes por razões várias, principalmente financeiras não estão construídos, estando o Município a desenvolver esforços para resolução de todas as situações em falta”*.

Informou que em 23 de abril de 2009, passados mais de dois anos e meio, os Eleitos pela CDU apresentaram novo requerimento à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, solicitando esclarecimento sobre:

- Cumprimento do “regulamento” quanto a prazos;
- Casos de larga ultrapassam de prazos;



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

- Que situações foram entretanto resolvidas pela Câmara Municipal;
- Se existe algum prazo estipulado durante o qual os proprietários sejam impedidos de comercializar as casas entretanto construídas;
- Se a Câmara Municipal pensa retomar a posse dos lotes, entretanto não utilizados, por larga ultrapassagem de todos os prazos e recolocá-los em hasta pública.

Disse que este requerimento da CDU nunca teve qualquer resposta, até ao final do mandato anterior.

Disse que da análise mais cuidada de todo o processo da urbanização da Tapada das Encarreiradas, no terreno, em Monte da Pedra, pelas atas onde constam as deliberações camarárias e sem margem para erro, é possível constatar a existência de várias irregularidades, quanto à alienação de alguns lotes a munícipes que aos mesmos não poderiam ter acesso, incumprimento de prazos normativos largamente ultrapassados e, de acordo com a informação prestada então pela Mesa da Assembleia Municipal, um número avultado de situações por regularizar.

Questionou o porquê do Executivo da Câmara Municipal, à data em exercício, nunca ter respondido aos requerimentos da CDU??

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que ouviu a intervenção do senhor Rui Matos Dias e que devia haver algum equívoco, pois a página 31 diz que *“tomou a palavra o Dr. António Pratas, do PS, dizendo que relativamente à intervenção do membro Rui Matos Dias, o mesmo deveria referenciar quem foram as pessoas que fizeram esses negócios e prejudicaram a Câmara Municipal”*.

Disse que o eleito Rui Matos Dias, na sua intervenção, não disse absolutamente nada e o que referiu nada tem a ver com a ata, pois a intervenção que fez na última reunião da



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Assembleia Municipal, nada tem a ver com os lotes da Tapadas das Encarreiradas em Monte da Pedra mas sim com os lotes para as minorias étnicas, ou seja, tinha a ver com o Crato e não com Monte da Pedra e com quem lucrou e quem ficou prejudicado.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que a interpelação do eleito António Pratas foi proferida na altura em que estava em discussão a proposta de Câmara Municipal de Regulamento Municipal de Alienação dos Lotes Municipais da Tapada da Lameira em Gáfete e por si foi afirmado que compreendia e apoiava os cuidados que aquele regulamento continha na defesa da transparência e na aquisição da venda dos lotes na freguesia de Gáfete, para que não acontecesse coisa semelhante àquela que tinha acontecido na urbanização da Tapada das Encarreiras onde havia muitas situações, passados quinze anos, por resolver.

Disse que a na informação que deu poderia indicar nomes. Referiu que na documentação da Câmara Municipal constam os nomes das aquisições, quem construiu e quem não construiu, simplesmente a sua intenção não era denunciar fosse quem fosse e, quem quiser ir mais longe, encontra nas atas e respetiva documentação todas as minudências deste processo.

Foi apresentada pela Presidência da Assembleia Municipal, uma proposta de **Moção** sobre a **TDT - Televisão Digital Terrestre**, a qual foi lida de seguida:

“Moção

- 1. Passaram já alguns anos, sobre a data de assinatura do contrato/acordo, pelo Governo português, no sentido de a população ter **acesso ao sinal da TDT- Televisão Digital Terrestre**;*
- 2. A população do Concelho do Crato, como acontece por todo o País, com particular incidência nas zonas do interior, continua a ter particular dificuldade de acesso aos canais generalistas, em horário pleno e nas condições de que sempre desfrutou;*



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

3. *Não competindo à Câmara Municipal do Crato a resolução do problema, tem a mesma desenvolvido todos os esforços no sentido da solução do problema, através de contatos junto do Presidente da Republica, Governo, Assembleia da Republica, ANMP, CIMAA, ANACOM, Portugal Telecom e da DECO, solicitando algo de flagrantemente simples, como é o de TODOS OS PORTUGUESES USUFRUIREM DO DIREITO QUE SEMPRE TIVERAM: VER TELEVISÃO EM CONDIÇÕES NORMAIS, porquanto «as zonas sem acesso ao sinal da TDT, no Concelho do Crato, estão a ultrapassar em muito, aquilo que seria expectável» e é admissível!*

ASSIM, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO, REUNIDA EM SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 29 DE JUNHO DE 2012, NA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALDEIA DA MATA, DELIBERA PROTESTAR VEEMENTEMENTE CONTRA O FACTO DE MILHARES DE CIDADÃOS, MUITOS DOS MAIS DESFAVORECIDOS, ESTAREM A SER PRIVADOS DE VEREM TELEVISÃO GRATUITAMENTE, EM PLENO SÉCULO XXI.

ALDEIA DA MATA, 29 de Junho de 2012.

A Assembleia Municipal do Crato"

O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou a proposta de Moção sobre a TDT - Televisão Digital Terrestre, à admissão para discussão, a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que tem conhecimento que já houve alguns desenvolvimentos, tal como reuniões e inclusive um Deputado eleito por este Distrito teve uma reunião com as Câmaras Municipais e com as entidades competentes.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha conhecimento de que ainda existem casos destes, tal como refere a proposta de moção.

Disse que tal informação é importante para poder votar em consciência.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, dizendo que o senhor Deputado reuniu, fez uma conferência de imprensa, chamou a atenção e inclusivamente foi sensível ao deslocar-se ao Distrito de Portalegre e que relativamente à Câmara Municipal, disse que é do conhecimento de todos as diligências que foram feitas.

Em relação à questão colocada pelo Prof. Miguel Batista ao senhor Presidente da Câmara, disse que iria permitir que fosse respondida, uma vez que essa informação é pertinente para que os eleitos possam votar em consciência.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **João Teresa Ribeiro**, dizendo que relativamente a este assunto a Câmara Municipal tornou público um documento sobre a última reunião havida na CIMAA.

Disse que os responsáveis apontam para que quem não tenha acesso à TDT, gaste mais dinheiro, posição que a Câmara Municipal condena, visto que os munícipes do Concelho do Crato, nomeadamente os mais desfavorecidos, não solicitaram ao Governo que fizesse o negócio da televisão com mudança para a TDT, ou seja, os munícipes antes viam televisão gratuita e agora para ter esse serviço terão que pagar o que é injusto.

Disse que deveria ser o Governo e a empresa que ganhou o concurso a resolver este problema, visto que as pessoas mais atingidas são sempre as mesmas, ou seja, os mais desfavorecidos, pois quem tem dinheiro, paga.

Em relação à questão colocada pelo eleito Miguel Batista, disse que bastava dirigir-se a qualquer munícipe para perceber que há muita gente que não tem acesso à TDT.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Informou que estão a chegar reclamações à Câmara Municipal no âmbito do Aviso que a Câmara tornou público, de pessoas que já gastaram dinheiro nos aparelhos e continuam a não ter acesso.

Disse que a posição mais correta por parte da Câmara Municipal é, apresentar a quem de direito, a possibilidade de todos os portugueses terem televisão gratuitamente como acontecia antes deste acordo feito com o Governo.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, regozijando-se com a atitude das Câmaras Municipais em relação a este assunto, nomeadamente com a atitude do senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato, questionando-o se houve algum feedback e que tipo de feedback houve?

Disse que tem presenciado, não apenas aqui, mas noutras zonas do País, que existem muitos problemas no acesso à TDT e, inclusivamente, também depois de ter gasto dinheiro com o seu aparelho, os problemas continuam.

Disse que tem estado atento à comunicação social, à crueza, à dureza, à desumanidade e à injustiça do que está acontecer e, por isso, reitera este protesto e que lhe reserva o direito de protestar sob a convicção com juízo político, de que este negócio se tratou de uma negociata privada lesiva do interesse público e se fosse jurista, procuraria dados para poder sentar na mesa do Tribunal, quem fez essa negociata.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que relativamente a este problema, considera que o Governo que negociou a adesão e a opção deste sistema do TDT cometeu uma fraude sob vários títulos.

Disse que os portugueses ficariam sem televisão, a não ser que comprassem umas "caixinhas", cujo preço varia entre os 30,00 euros, 100,00 euros ou 200,00 euros e que, mesmo fazendo essa aquisição, os portugueses continuam a ter, quem consegue, acesso a apenas a quatro canais.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que houve países que com a adesão a este sistema, as pessoas passaram a ter acesso a dezenas de canais dando o exemplo de Espanha e França.

Disse que a empresa com a venda das “caixinhas”, segundo veio publicado e não foi desmentido, a receita que fez situa-se em cerca de três milhões de euros, valor retirado ao bolso dos portugueses, tendo muitos comprado os aparelhos com bastantes dificuldades.

Disse que às Juntas de Freguesia devem ter chegado reclamações da parte dos munícipes, pois mesmo com a compra do aparelho as pessoas não são servidas a 100%.

Considera que esta proposta de Moção é perfeitamente justificável e que é triste que desde abril que o sistema está a ser implementado e ainda não consiga abranger todo o território nacional.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **Armando Coelho Mafaldo**, dizendo que na freguesia de Gáfete se fez a recolha de cerca de 700 assinaturas e, para mostrar o desagrado da população, foi enviado um ofício à ANACOM, à DECO e à Portugal Telecom mas, ao qual, até à data, não obtiveram nenhuma resposta.

Depois de várias intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal relativamente à proposta de Moção sobre a TDT - Televisão Digital Terrestre, O Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou a mesma à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

Correspondência:

Informou do registo da correspondência **recebida** e **expedida** de 30 de abril a 29 de junho de 2012, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Informação da atividade da Câmara (período compreendido entre 18 de janeiro e 20 de junho de 2012);

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que a Câmara Municipal concedeu apoios às instituições e coletividades e que cumpriu as responsabilidades legais que lhe são atribuídas na área da Educação e noutras áreas da sua intervenção legal.

Disse que na informação também vem plasmado um documento sobre as obras, nomeadamente as obras que estão a ser executadas em Flor da Rosa, sendo as mais importantes deste mandato, cujo investimento ronda os dois milhões de euros.

Informou que existem alguns projetos que ainda não foram aprovados no âmbito dos fundos comunitários.

Disse que outras obras estão a ser feitas tal como, o arranjo e beneficiação de caminhos agrícolas, que estão referenciadas na informação escrita, nomeadamente nas informações prestadas pelos serviços responsáveis.

Relativamente à saúde e à TDT, problemas da responsabilidade legal do Governo, disse que a Câmara Municipal também tomou uma posição que é do conhecimento público.

Informou que já foram aprovadas duas medalhas de Mérito Municipal, nomeadamente ao senhor Francisco Amieiro e ao senhor José Belo Subtil.

Informou que foram atribuídos nomes de pessoas a algumas Ruas do Crato, nomeadamente do senhor José Joaquim da Conceição Lopes, mais conhecido por "Zé Foguete" e do Dr. João do Carmo Dias.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Informou que estão em curso os loteamentos de Gáfete e do Crato e que, está previsto que durante o verão sejam colocados à venda alguns lotes do loteamento municipal do Crato para possibilitar a construção de habitação a quem precisa.

Relativamente à Barragem do Pisão considera ser um dos assuntos com maior importância e informou que a Câmara Municipal já assumiu várias posições e na última decisão a Câmara decidiu participar financeiramente na execução deste importante projeto para a vida do nosso concelho e da nossa região, posição que nunca antes tinha assumida que traduz o nosso interesse e empenhamento na sua concretização.

Disse que a Câmara Municipal solicitou a intervenção de várias instituições, de várias entidades e de várias pessoas com peso na sociedade, desde o Presidente da República, Primeiro-ministro, Secretários de Estado, Ministros, Presidente da Fundação da Casa de Bragança, intervenções que considera necessárias e úteis para viabilizar este projeto, porque se trata de um empreendimento de inquestionável interesse para o Concelho do Crato, para o Alto Alentejo, para todo o Alentejo e para o País.

Nesta última decisão disse que a Câmara solicitou a todas estas entidades, que na reprogramação estratégica do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), que está prestes a ser concluída e aprovada, fosse tida em conta a possibilidade de incluir para efeitos da sua execução física o projeto da construção da Barragem do Pisão e, também, os projetos municipais ligados ao ciclo urbano da água, que são os que estão relacionados com o problema da água, dos esgotos e dos resíduos sólidos.

Disse que um dos assuntos que merece especial atenção é a questão social, a situação difícil em que vivem muitas famílias, que está ser apoiada pela Câmara Municipal através das Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal continuará com a sua política social de apoio a jovens, idosos, desempregados e as Instituições Particulares de Solidariedade



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Social (IPSS's), nestes apoios sociais a Câmara Municipal irá gastar muitas dezenas de milhares de euros durante o corrente ano de 2012.

Disse que, a situação do País agrava-se cada vez mais, aumenta o desemprego, as famílias vivem com mais dificuldades e o défice orçamental disparou negativamente o que significa mais medidas de austeridade, sendo que, a forma de resolver este problema, infelizmente afeta e é sempre à custa das mesmas pessoas, através de aumento de impostos, redução da despesa com a Educação, a saúde e segurança social, redução de apoios a atribuir às famílias, às Instituições, etc.

Considera uma situação preocupante não só para o Concelho do Crato, mas para o resto do País, visto que a continuação desta política de austeridade do Governo não vai ajudar a resolver quer o problema do défice orçamento quer os restantes problemas, desemprego, dívida pública..., pelo contrário, irá agravá-los ainda mais, visto que não é possível um país resolver os seus problemas se não produzir mais, ora sabe-se que a produção do País em vez de crescer tem estado em recessão, significa isto que a vida do País vai-se agravar mais com efeitos muito negativos para a esmagadora maioria dos portugueses, em especial para aqueles que já têm os mais baixos rendimentos.

Informou que o Governo decidiu suspender todas as decisões sobre os Fundos Comunitários e que, atualmente, não se podem apresentar candidaturas, estando suspensos todos os concursos, o que está atrasar a resolução dos problemas do país.

Disse que, de acordo com o Boletim Informativo n.º15, de Março de 2012, da Comissão Técnica de Coordenação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) não tinham, até Março deste ano, sido utilizados (gastos) mais de 6 mil milhões de euros de Fundos Comunitários relativamente à programação aprovada do QREN. Estes mais de 6 mil milhões de euros se tivessem sido utilizados/investidos poderiam ter dado uma boa ajuda na resolução dos problemas do País, porque teriam dinamizado a economia e criado



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

emprego. Por isso, este atraso na utilização dos fundos comunitários está a prejudicar o País e considera importante que o Governo decida, o mais rapidamente possível, abrir os concursos para que os vários beneficiários possam utilizar fundos que estão à disposição para combater os problemas que afetam a vida do País.

Disse que as obras que estão a ser feitas em Flor da Rosa, a Câmara Municipal tem intenção de as fazer nas outras freguesias do Concelho, mas para isso são necessários, pelo menos, 10 milhões de euros.

Disse que foi realizado o Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e que foi enviada a documentação, no qual foi aprovado o acordo estabelecido entre o Governo e a ANMP, mas que essa aprovação não foi maioritária dos representantes das Câmaras que estavam presentes.

Disse ter votado contra, pois considera que aquele acordo não favorece o Poder Local, informando que foi criada uma linha de crédito para os Municípios na ordem de mil milhões de euros, mas as Câmaras municipais que vão aderir a essa linha de crédito terão que em princípio prescindir de parte da sua autonomia, ou seja, são obrigados a fazer e a respeitar um conjunto de procedimentos. Disse que se a Câmara Municipal do Crato aderisse a este fundo, o preço da água teria de aumentar.

Disse que na última reunião foi aprovado o Documento da Prestação de Contas, onde consta que no ano passado houve um prejuízo superior a 400 mil euros com a prestação dos serviços de água, esgotos e lixos e de acordo com as condições que o Governo negociou com a ANMP, seria uma das condições, o aumento do preço da água para reduzir o prejuízo.

Informou que outra das condições são os apoios concedidos às coletividades que não poderiam ser dados como atualmente, alguns seriam extintos, outros reduzidos. Provavelmente a nível do país e em qualquer concelho, não existe coletividade ou



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

instituição que não necessite do apoio das verbas da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia pois do Poder Central não obtêm tais apoios, pelo contrário, os serviços que o Governo presta a estas coletividades, através dos seus serviços, têm que ser pagos como é o caso da GNR quando presta serviço nos jogos de futebol, este serviço tem que ser pago pelas respetivas coletividades desportivas. Em vez de ajudar só desajudam.

Disse que a Câmara Municipal tem tomado medidas no sentido de tentar, temporariamente, ajudar a resolver os problemas da população.

Disse que a Lei dos Compromissos também está a prejudicar as Câmaras Municipais impedindo uma gestão correta tendo estas que arranjar procedimentos para que consigam executar uma gestão correta.

Relativamente à questão das dívidas disse que constavam da informação municipal enviada a todos os membros da Assembleia Municipal e informou que a Câmara Municipal já pagou mais de um milhão de euros de encargos da dívida dos empréstimos, está a cumprir os compromissos assumidos, regularizando as finanças municipais para que se possa atingir uma boa saúde financeira, tendo em conta a crise que o País está a passar, fazendo um esforço na redução de algumas despesas.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, **Celestino Marques Faustino**, dizendo que em fevereiro, ao consultar o *site* da Câmara Municipal, verificou que estava aberto o concurso para atribuição de auxílios financeiros a estudantes do ensino superior público através de edital do senhor Presidente da Câmara, o qual nunca foi enviado à Junta de Freguesia de Flor da Rosa e a outras do Concelho para efeitos de afixação nos lugares mais públicos e do costume.

Disse que nem todas as pessoas residentes no Município têm internet e, as que têm, por vezes não consultam o referido *site* e que por acaso ao fazer esta consulta ainda foi a tempo de informar os possíveis candidatos ao referido concurso, residentes em Flor da Rosa,



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

presumindo que tenham ficado outros candidatos em todo o Concelho impossibilitados de o fazer por desconhecimento.

Disse que três dias depois é que se apercebeu que foi dada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, tolerância de ponto na terça-feira de carnaval, através de um edital afixado num placard da Câmara que também não foi enviado à Junta de Freguesia de Flor da Rosa e a outras do Concelho.

Considera muito estranho que os Executivos Municipais tenham que publicitar através de edital, as transferências correntes e de capital, ou seja, subsídios atribuídos nos termos do n.º 1 do artigo 1.º conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º e com o n.º 2 e do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 26/94 de 19 de agosto, sendo que o último que foi enviado à Junta de Freguesia de Flor da Rosa e a outras do Concelho, está datado de 28 de outubro de 2010, referente ao 1.º semestre de 2010 para efeitos de afixação.

Disse que no início dos anos de 2010 e 2011, foram enviados à Junta de Freguesia de Flor da Rosa e às restantes Juntas do Concelho editais contendo os dias, horas e locais da realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, em cumprimento do n.º 3 do artigo 84º da Lei 169/99 de 18 de setembro, de forma a garantir o conhecimento dos interessados, com uma antecedência, referindo que se está praticamente a meio do ano e não foi enviado qualquer edital referente a este assunto.

Disse que ao ler o Jornal "Alto Alentejo" de dia 13 do corrente, constatou que foram publicados no mesmo, dois editais, sobre as hastas públicas referentes à exploração dos quiosques da Piscina Municipal Descoberta e do Largo Bello Morais no Crato, que os tinha em seu poder e, os mesmos, não foram enviados à Junta de Flor da Rosa e a outras do Município, para efeitos de afixação nos locais públicos do costume, presumindo que alguns interessados não tiveram conhecimento dos mesmos.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que também não foram enviados à Junta de Freguesia de Flor da Rosa e a outras do Concelho os editais contendo as deliberações das reuniões ordinárias da Câmara Municipal, que constam da informação escrita do senhor Presidente da Câmara de 23 de abril, 9, 16 e 30 de maio, 6 e 20 de junho do corrente ano, presumindo que o objetivo principal é, o não dar conhecimento ao povo das outras freguesias do Município, às quais nunca lhe foram atribuídos quaisquer subsídios pela Câmara, destinados às mesmas e não a outras pessoas coletivas sediadas no seu território, dizendo que em devido tempo se saberá a verdade.

Disse que o senhor Presidente da Câmara enviou ao Presidente da Junta de Flor da Rosa o ofício n.º 2838 datado de 29 de junho de 2011, precisamente há um ano, em que era solicitado cópia dos ofícios remetidos à Câmara Municipal, que não obtiveram resposta, afirmando que ficou muito surpreendido com a sua afirmação na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2011, para poder satisfazer os requerimentos por si apresentados e veiculados pela Mesa da Assembleia Municipal.

Disse que através do ofício n.º 30 de 7 julho do referido ano, enviou vinte e seis cópias dos referidos ofícios e até hoje disse não ter obtido qualquer resposta e que nesta data ascendem a trinta, informando no final o seguinte: *“também fiquei muito surpreendido como é possível num órgão da Administração Pública se terem extraviado tantos ofícios, pois fui funcionário durante mais de três décadas noutro órgão do Estado, tendo dado milhares de entradas e raramente se perdeu qualquer ofício”*.

Disse que todos estes ofícios foram por si apresentados pessoalmente aos funcionários da Câmara Municipal encarregados ao tempo das entradas, verificando sempre se os mesmos tinham dado a devida entrada nos livros competentes.

Disse que através da sua experiência profissional, conhece bem os procedimentos administrativos, referindo que talvez o senhor Presidente da Câmara pense que lhe está



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

“atirar areia para os olhos”, mas que está muito enganado e seria de bom senso e dever democrático que o Presidente da Câmara Municipal cumprisse a alínea p) do n.º 1 do artigo 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro conjugado com o n.º 1 do artigo 18º do Código do Procedimento Administrativo, estabelecendo na ordem do dia das reuniões da Câmara Municipal os ofícios em causa devido a ser uma competência da Câmara e não do Presidente assim como responder dentro do prazo máximo de quinze dias, prorrogável por igual período desde que fundamentado aos requerimentos por si apresentados, alguns já há anos, pelo menos dois na totalidade que tem cópias em seu poder, cumprindo assim a alínea u) do citado artigo 68º da Lei em vigor.

Mais uma vez reafirmou que o senhor Presidente da Câmara Municipal não está a cumprir, no exercício das suas funções como eleito local, as alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 4º dos Estatutos dos Eleitos Locais, por não observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por si praticados ou pelos órgãos a que pertence, cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais e atuar com justiça e imparcialidade.

Mais uma vez reafirmou que a Junta de Freguesia de Flor da Rosa está a ser discriminada por convicções políticas neste mandato, devido a senhor Presidente da Câmara Municipal não cumprir o n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República.

Disse que contra factos não há argumentos e que o senhor presidente da Câmara Municipal não está também a cumprir, nomeadamente, o n.º 1 do artigo 37º da Constituição da República Portuguesa, o qual diz que todos têm o direito de informar, de se informar e ser informados sem impedimentos nem discriminações.

Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o mesmo não precisa de afirmar para ir para tribunal, porque a Junta de Freguesia de Flor da Rosa como pessoa



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

coletiva de bem, não está habituada nem nunca esteve a essas andanças, porque o seu tribunal é o povo para julgar.

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que depois de ler atentamente a informação escrita do Presidente da Câmara considera que o mesmo continua mais virado para as medidas negativistas do que para os aspetos positivos, continuando a dizer que é um bloqueio que parte das autarquias têm no refúgio das medidas de austeridade.

Disse que, no seu discurso do 25 de abril referiu que era necessário ter alguma esperança com a eleição de Françoise Holland, de que a senhora Angela Merkel possa enveredar por outro caminho e aliás, esta semana já foi visível em relação àquilo que se fez aos compromissos dos fundos e até em relação ao BEI.

Relativamente à Lei dos Compromissos disse que a sua regulamentação saiu no dia 21 de junho, embora tenha um período transitório, mas que vai dar uma abertura em relação às autarquias para poderem gerir, de alguma maneira limitados evidentemente, os seus recursos.

Disse que todos têm consciência das dificuldades que as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, etc., vivem neste momento, mas o que os cidadãos esperam de um dirigente da Câmara do seu Concelho é que lhes dê esperança e caminhos positivos, ou seja, que fale da situação de emprego no Concelho do Crato, que fale do desenvolvimento local e do que se pretende abrir para contribuir para o desenvolvimento do Concelho.

Referiu que os cidadãos, todos os dias ao ligar a televisão, ouvem falar de austeridade, défice orçamental e considera que é necessário falar positivamente para que haja esperança.

Disse que foi esta Assembleia Municipal, através do seu Grupo Político, que fez a sugestão para que três pessoas ilustres deste Concelho, fossem distinguidas com a Medalha de Ouro do Município, nomeadamente, Francisco Caldeira Amieiro, José Subtil e Mário de



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Carvalho Cruz e ficou satisfeito por já terem sido entregues duas das medalhas mas que é necessário entregar também a Mário de Carvalho Cruz, pois é merecedor de tal distinção.

Referindo-se à ata n.º 9/2012, de 23 de abril da Câmara Municipal, no seu ponto 4, que fala de Autoridade Tributária Aduaneira, disse que é necessário que a Câmara diga com humildade e integridade que houve um lapso, porque aquilo que é votado em relação aos benefícios que os munícipes poderiam ter em termos de IRS, não foram contemplados porque a Câmara Municipal, atempadamente, não colocou esta questão que deveria ter sido colocada até dezembro de 2010, ou seja, foi indeferido por intempestividade.

Referindo-se à ata n.º 10/2012, de 9 de maio da Câmara Municipal, disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal devia, tal como fez no órgão executivo, transmitir aos membros da Assembleia Municipal o resultado da sentença judicial do Processo n.º 477/11.9, o qual foi negativo para a Câmara Municipal do Crato, referindo os porquês, os pareceres em que se baseou, quais os fundamentos do Tribunal de 1.ª Instância, qual a razão que, como órgão Câmara, não recorreu para uma Instância superior.

Em representação do seu Grupo Político, solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal, a sentença, toda a documentação e os pareceres do processo em que a Câmara Municipal do Crato foi condenada, ou seja, do processo do Edifício da Moagem, relativamente às passagens, dizendo que apenas se conhece o que vem nas atas da Câmara.

Relativamente à auditoria solicitada por esta Assembleia Municipal ao Procurador-geral da República, ao Tribunal de Contas, à Igal e à Inspeção Geral de Finanças, referiu que já era tempo de se conhecer os desenlaces desta questão, pois foram pessoas visadas, nomeadamente eleitos locais, como o anterior Presidente da Câmara Municipal do Crato e o senhor Vereador João Manuel Farinha, considerando necessário saber se essas pessoas



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

foram condenadas publicamente ou se o são também através de uma decisão judicial ou inspetiva. Disse que é necessário saber se são absolvidos para se lhes fazer justiça.

Referiu que, a bem da justiça, há a necessidade que esta situação seja esclarecida ainda neste mandato, uma vez que falta apenas um ano para as eleições autárquicas.

Tomou a palavra o senhor **António Louro, do PS**, dando os parabéns ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo facto de ter convidado as empresas do Concelho do Crato a estarem representadas no *stand* da FIL e, com desagrado, disse que quando se trata de eventos da Câmara Municipal a mesma adquire produtos a empresas fora do Concelho e que nem no Distrito de Portalegre têm a sua sede.

Relativamente a taxas de publicidade e ocupação de espaço, referiu que a Câmara Municipal enviou, em fevereiro, um aviso às empresas para procederem ao pagamento até dia 10 de março e solicitou uma explicação de como foi feito o desconto de 50% para as empresas, sendo que a deliberação para esse desconto apenas foi no dia 14 de março.

Tomou a palavra o senhor **Rui Matos Dias, da CDU**, dizendo que para além de acompanhar quinzenalmente as reuniões da Câmara Municipal, leu com atenção a volumosa e esclarecedora informação escrita do Presidente da Câmara e disse que, sem qualquer dependência partidária ou coligação da CDU, não há qualquer esperança mas sim certezas porque quando se estão a encerrar empresas por todo o País e também no Concelho do Crato, vem-se à Assembleia Municipal do Crato pedir que o Presidente da Câmara crie emprego.

Disse que, se as pessoas forem honestas reconhecem que a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara têm feito todos os esforços para criar emprego no Concelho do Crato, como é o exemplo das iniciativas que têm tomado relativamente à construção da Barragem do Pisão e as adesões que tem no conhecimento da importância que aquele empreendimento pode e deve ter para o Concelho do Crato e para toda a região,



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

confirmado, mais uma vez este ano, com a carência de água e a seca que foi registada por todo o País.

Disse que a Câmara Municipal também se tem preocupado com uma questão que se antevê que aconteça, que é a privatização da água, pois considera ser um bem de todos e não tem que ser privatizada para “*encher os bolsos*” de alguns capitalistas.

Disse que a iniciativa do Presidente da Câmara no sentido de ser convocado um Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), traduz bem aquilo que tem sido feito no sentido de clarificar a Reforma Administrativa que é pretendida por este Governo e os problemas que ela, se implementada, irá com toda a certeza criar.

Referiu que o processo da construção do Centro de Saúde, que não tem parado e à qual o Presidente da Câmara tem dado todo o empenho, considerando ser mais uma hipótese concreta de criação de emprego no Concelho do Crato.

Frisou que esta informação escrita do Presidente da Câmara tem uma novidade, referindo que os apoios às Associações e Coletividades do Concelho do Crato passaram a ser transparentes e completamente claros através do estabelecimento de Contratos Programa, o que até agora não existia.

Relativamente às limitações financeiras com que a Câmara Municipal se debate, este ano vai dar mais um exemplo com a preocupação que tem em gastar, da melhor forma, os seu limitados recursos, referindo-se ao programa do Festival do Crato 2012 e considerando que a atitude da Câmara em limitar a contratação apenas de artistas portugueses, é uma atitude de louvar e não fazer, como em anos anteriores, o anuncio de grupos estrangeiros, que por vezes nem vieram ao Crato.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Relativamente ao processo da Moagem disse que talvez seja de acordo e entende que a Câmara não quer prolongar uma guerra que nunca se saberia como iria acabar, uma vez que, uma vez que o espaço permite perfeitamente construir o Centro de Saúde.

Disse que também é daqueles que desejaria que houvesse uma resposta relativamente à auditoria, referindo que foi a Assembleia Municipal quem propôs que o relatório da auditoria fosse remetido para várias entidades, entidades essas que até agora não disseram nada, pois não se convence que lido o relatório da auditoria, com um pouco de atenção, não se veja as irregularidades que o mesmo revela.

Considera que talvez fosse oportuno invocar os argumentos, que até não são difíceis de elencar, que a Mesa da Assembleia Municipal requeresse a essas entidades, o resultado da análise que terão feito ao relatório da auditoria.

Tomou a palavra o **Prof. Rodrigues Lopes, do PPD/PSD**, dizendo que da análise da informação escrita do Presidente da Câmara, os eleitos do PPD/PSD reconhecem e regozijam-se pelo facto do senhor Presidente da Câmara desenvolver a atividade, naquilo que em seu entender são as possibilidades que a Câmara tem e são questões que têm a ver com valores humanos e com a condição humana, considerando ser prioritário, mas entende que essa política é uma política de gestão do quotidiano, do imediato, de acudir àquilo que é realmente prioritário e não pode ser escamoteado para futuro, não pode ser adiado independentemente dos meios.

Realçou a sua discordância na postura política e da filosofia política, dizendo que as lamentações não chegam e não dão um sinal positivo para o exterior relativamente ao desenvolvimento do Concelho do Crato.

Disse que fazendo uma leitura histórica da conjuntura Concelhia, Nacional, Europeia e Internacional, vê-se que a civilização está a cair para escabroso precipício.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que, tendo a sua postura sempre uma atitude e uma filosofia positiva, dentro do positivismo lógico e dentro dos valores do humanismo, assiste, infelizmente, a pseudossoluções de problemas, o mesmo dizendo, soluções que criam novos problemas, numa inversão de valores catastrófica e numa negação daquilo que é o ideário dos próprios partidos.

Entende que não se podem cruzar os braços, nem que seja a gerir justamente e harmoniosamente os poucos recursos que este Concelho tem, dizendo que não é uma questão da Câmara ter a responsabilidade de arranjar emprego mas sim de adotar outra postura como entidade responsável, acreditando nas virtualidades da democracia trazendo gentes de fora que façam investimento neste Concelho e que valorizem as estruturas que existem.

Disse que não acredita numa política central, deste ou de outro Governo neste País que vire as coisas, mas acredita na união, na dinâmica local, onde os interesses políticos não podem estar hipotecados a interesses particulares ou outro tipo de interesses ideológicos.

Disse que o Presidente da Câmara Municipal não faz isso, mesmo tendo a amabilidade de possibilitar uma conversa com as técnicas deste Concelho, pois não esteve presente e disse ver com grande indignação a forma como continua a *"bater nesta tecla"*, nesta metodologia, quando, desde o princípio, os eleitos do PPD/PSD assinalaram outro caminho e se os seus apelos fossem postos na mesa e vissem a sua viabilidade, contariam, em absoluto com a sua aprovação, independentemente de tudo o que era pensado pela Câmara e não seriam os eleitos do PPD/PSD que os iriam acusar dos 12 anos antecedentes do Partido Socialista.

Disse ser este o apelo que queria deixar pensando na execução do próximo orçamento.

Disse regozijar-se com os apoios às instituições, aos mais carenciados, aos idosos que ainda resistem, por pouco que seja, mas dentro de uma política humanista, terá sempre o apoio dos eleitos do PPD/PSD.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Relativamente à Universidade Sénior disse ser uma boa iniciativa e disponibilizou-se para o que fosse necessário.

Em relação à Barragem do Pisão disse que foi feito um estudo de viabilidade económica e técnica e considera que a Barragem não vai a lado nenhum com estudos de viabilidade, pois que apenas depende de uma decisão política.

Disse terem alertado na CIMAA a necessidade da Barragem do Pisão ser encarada como um projeto do Alto Alentejo, mas considera que se está perante um escândalo nacional, apesar de todo o mérito que o Presidente da Câmara Municipal do Crato tem, naquilo que tem feito.

Relativamente às Termas de Monte da Pedra e ao Centro de Saúde do Crato questionou qual a viabilidade destes projetos.

Em relação à solicitação de esclarecimentos feita pelo atual Presidente da Câmara ao anterior Presidente da Câmara sobre uma dívida à CIMAA, questionou se já existe uma resposta.

Questionou quais os custos espectáveis para a Feira de Artesanato e Gastronomia de 2012, registando a melhoria que está a ser feita na zona com permissão para acampar.

Disse que em relação aos caminhos rurais muita coisa foi feita mas que ainda há muito por fazer, considerando que os mesmos devem constituir ex-libris de um projeto turístico.

Sobre as obras em curso referiu que foi dito que há uma comparticipação de 80% mas não está dito quando chega essa comparticipação.

Quanto às infraestruturas de saneamento de água e esgotos disse que como referiu o senhor Presidente da Câmara era necessário um investimento grande e gostaria de ver acautelada a situação das estruturas existentes, porque independentemente da selvajaria que está prevista em termos de privatização da água, as fontes e as nascentes existentes no



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Concelho, são património, que não só não pode ser desprezado, mas que deve ser conservado, para que um dia que sejam necessários, se possam utilizar.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que relativamente à Barragem do Pisão, todos os eleitos e todos os municípios estão interessados em assinar o documento do movimento para a sua construção, solicitando que seja entregue numa das sessões da Assembleia Municipal para que os eleitos possam assinar relevando a excelência do documento entregue anteriormente aos eleitos, há um mês ou dois, sobre o estudo da Barragem do Pisão.

Relativamente aos apoios às Instituições e Coletividades disse que, lamenta o facto de quando se está no poder haver muitas lamentações no que diz respeito a conceder apoios e considera que não deveria ser assim, porque a maior parte desse dinheiro é bem empregue, mexe com a economia local, cria empregos e até mantem os postos de trabalho já existente, o que considera bastante importante.

Relativamente à Filarmónica do Crato, disse ser uma instituição a que pertence há 35 anos, e que fica triste quando ouve que a Câmara Municipal se queixa que apoiou nas carpintarias, considerando ser um apoio óbvio e necessário e dizendo que já não existindo carpinteiros na terra, esse trabalho faz todo o sentido ser feito pelos carpinteiros da Câmara Municipal, que são bastante competentes.

Informou a Câmara Municipal que a Filarmónica do Crato está a fazer obras numa casa de habitação que está situada ao pé do Mini Preço e também no seu Auditório, nas quais já gastou cerca de dez mil euros sem sequer recorrer à Câmara Municipal.

Disse que esta casa de habitação pertença da Filarmónica do Crato custou, na altura da compra, quinhentos contos e foi o Padre Belo, quando foi Presidente da Câmara, que possibilitou que a Banda tivesse uma casa para o maestro.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Informou que nos anos 50 se chamava Banda Municipal, o maestro era funcionário do Grémio da Lavoura e portanto era uma forma de lhe poder pagar.

Disse que em 1931, Boto Aleixo, também Presidente da Câmara, reativou a mesma Banda por Banda Municipal Cratense.

Referiu que António José Leitão, também Presidente da Câmara foi bastante meritório na ação que teve para com a Banda, pois é a ele que se deve o Auditório que foi construído e que serve para usufruto da Filarmónica e muitas outras atividades, sendo talvez umas das melhores salas existentes no Crato para realização de espetáculos.

Disse que Manuel Ferreira, também Presidente da Câmara, aumentou claramente o subsídio atribuído à Filarmónica do Crato, o que foi louvável.

Referiu que José Correia da Luz, anterior Presidente da Câmara ajudou a eleva-la com a sua paixão e carinho que tem pela Banda e o constante apoio para além dos apoios mensais relembrando um apoio que concedeu, no valor de cinco mil euros para uma a deslocação aos Açores, um CD e um filme que foram feitos, passeios da Filarmónica a vários locais do País e até ao estrangeiro, alguns milhares de euros para fardamentos femininos, cerca de trinta fardas, elevou os encontros de bandas a patamares nunca antes visto, ofereceu instrumentos mais caros, tubas e tímpanos, coisa que tanto quanto sabe, a Filarmónica já pediu à Câmara para comprar alguns instrumentos recentemente e ainda não obteve resposta, considerando que se deve acarinhar estas instituições que o Concelho tem.

Disse que também com os Bombeiros e com os Grupos de Futebol, se gastam muitos euros para além dos apoios mensais que já estão protocolados.

Disse que é legítimo que a Banda queira elevar a sua qualidade, podendo dotar os seus músicos com instrumentos e fardamentos de qualidade e proporcionar aulas de instrumentos com professores especializados.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que, infelizmente, neste Município, há alguma falta de visão para a Cultura e para a Arte, porque considera que promover exposições e oferecer alguns concertos não é tudo, relevando o facto da Câmara Municipal, neste mandato e em anteriores mandatos, dar um excelente apoio mensal à Filarmónica do Crato, sabendo que muitas Bandas não têm o apoio que tem a do Crato.

Relativamente ao Protocolo com o Futebol Clube do Crato, questionou o senhor Presidente da Câmara porque é que o Núcleo de Veteranos não entrou no referido Protocolo, considerando que não é preciso ser-se sénior ou idoso para ter apoios e informando que este grupo movimenta mais de trinta pessoas do Crato, residentes e outros que estão na diáspora, que quando havia jogos em Lisboa, iam jogar com a equipa do Crato.

Disse que a Junta de Freguesia do Crato já apoiou bastante este grupo mas chegou a uma altura que não podia despende de mais verbas, o que considera legítimo.

Informou que este grupo, neste momento, representa o clube e a terra e pagam do seu dinheiro muita coisa com dignidade e com honra mas que gostariam de ter um pouco de carinho e apoio para além dos transportes já concedidos.

Relativamente às bolsas de estudo disse que a Câmara Municipal esteve cerca de dois anos e meio sem dar apoio aos estudantes universitários, que nas sessões da Assembleia Municipal houve muita discussão sobre esta questão, que foram aprovados documentos e que lamentavelmente depois de aprovados apenas dois estudantes foram contemplados, dizendo que as famílias neste momento estão cheias de dificuldades, bastantes sufocadas com despesas e que este regulamento devia ser imediatamente alterado como foi o caso de outros que continham erros e estavam muito aquém das necessidades da população.

Disse que antigamente eram apoiados dez a doze jovens e neste momento apenas dois foram selecionados, numa altura em que a crise afeta muito mais a vida da população.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Considerou que o regulamento de atribuição de bolsas de estudo deveria ser alvo de revisão tendo-se mostrado muito preocupado com a não abrangência de munícipes com mais de um filho a estudar no ensino superior em simultâneo.

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela criação da Universidade Sénior do Crato.

Disse que a Câmara Municipal é, e deve continuar a ser, uma pessoa de bem e como membro do órgão fiscalizador do Município ficou estupefacto e indignado com a atitude dos cinco eleitos do órgão, ao terem uma abstenção total, relativamente ao pagamento de um serviço prestado à Câmara Municipal, aquando de uma Passagem do Ano, serviço esse que tem a ver com a entrada “*pirilâmpica*” desse evento, informando que a anterior Câmara não pagou porque a pessoa teve um acidente e não apresentou a despesa, apresentando-a agora, a qual considera que deverá ser paga, mesmo que não tenha sido esta Câmara a contrair esta dívida.

Considera que alguém deveria votar favoravelmente pois esta questão lesa a imagem do Concelho do Crato.

Relativamente à deliberação n.º 91 constante na ata n.º 6/2012, de 14 de março disse que, sabendo que os quatro mil euros que o Município cede mensalmente ao Grupo Desportivo Gafetense se destinam ao apoio de quatro equipas, entre elas a de veteranos, verificando que o Núcleo de Veteranos do Clube solicitou apoios à parte deste solicitado, sendo-lhes atribuídos oitocentos euros mais dois mil euros, dizendo que acredita que a verba de dois mil euros seja algo “*forjada*”, ou seja, essa verba deve ter sido para o torneio triangular que tão bem fizeram e homenagearam o seu Presidente que faleceu tragicamente num jogo de futebol.

Considera que as coisas deveriam ser admitidas e serem claras, dizendo que esta verba foi atribuída para que o grupo de veteranos concluísse os jogos que lhes faltavam e que não



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

são necessários tantos euros para uma deslocação ou duas, sendo que quando o jogo é fora o clube anfitrião é quem paga a alimentação.

Relativamente à ata n.º 7 de 21 de março na sua deliberação n.º 117, verificou que as crianças do infantário não puderam fazer uma deslocação no autocarro municipal porque não havia cadeiras apropriadas à idade e considera que se deve pensar na aquisição de um autocarro novo com as condições necessárias ou adquirir cadeiras, pois as crianças também têm direito, tal como os idosos, de viajar, de se cultivarem e enriquecer, a outros locais.

Disse que a Filarmónica do Crato, para a realização das Festas de S. Gregório, solicitou à Câmara Municipal um apoio de mil e trezentos euros e mais quinhentos para uma favada/feijoada, tendo a Câmara cedido setecentos e cinquenta euros.

Para conhecimento informou que a Banda da Chris Rosa que atuou nas Festa de S. Gregório cobrou novecentos euros pela sua atuação e que, nestas festas, a Filarmónica costuma conseguir cinco mil euros de receita e este ano conseguiu apenas três mil e quinhentos euros.

Disse ter visto na informação uma referência a um projeto de arquitetura e especialidade para o Campo de Futebol de Gáfete, questionando se seria para relvar e pondo à colação se será necessário para uma população de três mil e quinhentos habitantes, dois estádios relvados.

Disse não querer ser polémico com os habitantes de Gáfete, mas numa altura de conjuntura como aquela que se vive considera que se deve pensar e repensar como se irão fazer as despesas e o que será mais premente.

Disse que constatou na informação escrita que estão a ser dados apoios, materiais e até pedreiros e funcionários da Câmara para arranjar casas de habitação de cidadãos de etnia cigana, questionando se a Câmara Municipal vai ou não fazer as habitações para esta etnia



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

e considera que se está a correr um risco muito grande e qualquer dia qualquer munícipe perca a vergonha e vai à Câmara exigir um pedreiro para fazer obras na sua própria casa.

Deu os parabéns à Câmara Municipal pelo que tem sido feito na segurança na Escola EBI/JI Prof. Ana Maria Ferreira Gordo do Crato e até na fiscalização da obras de Flor da Rosa, considerando ser uma mais-valia ter alguém no Município a fazer este tipo de trabalho.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **Armando Coelho Mafaldo**, referindo-se à informação escrita do senhor Presidente da Câmara, relativamente à homenagem póstuma a Carlos Abreu, mais conhecido por “Zenga” e dizendo que na página 16 está escrito que os prémios às equipas participantes no torneio foram entregues por Abel Grácio Abreu, pai de “Zenga” e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato, mas que não está escrito que o senhor Presidente da Junta de Gáfete esteve presente e também entregou prémios.

Disse que a Junta de Freguesia de Vale do Peso solicitou transporte no âmbito da realização de uma atuação do Grupo “Vozes da Terra” na Arrentela, o qual foi cedido através da deliberação n.º 190 da reunião da Câmara Municipal de 9 de maio, referindo que a Junta de Freguesia de Gáfete, solicitou à Câmara Municipal, através de ofício, a cedência do autocarro e se não fosse possível, solicitou o pagamento de um fretamento de autocarro para mais um Passeio do Idoso organizado por esta Junta de Freguesia. Disse que até à data ainda não obteve qualquer resposta.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, dizendo que se congratula com a atividade que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver e relativamente à auditoria disse que se poderiam alertar as entidades para o facto de ainda não haver uma resposta ao que foi enviado.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Relativamente às políticas ativas de emprego considera que não é a Câmara Municipal nem o Presidente da Câmara que têm a culpa pelo facto de não haver emprego, dando como exemplo o despedimento de muitas pessoas em Castelo Branco no call-center da Segurança Social e na Delphi.

Relativamente à intervenção do Prof. Miguel Batista em relação à atribuição de subsídio à Filarmónica do Crato, disse que tem que se ter em linha de conta que neste momento se vive uma crise que não se vivia há uns anos atrás e que as autarquias locais recebem menos do Orçamento de Estado.

Disse estar muito satisfeito com as obras nos caminhos rurais, mas que para essas obras serem feitas foi necessário adquirir máquinas de trabalho que deveriam ter sido adquiridas há mais de 20 anos, pois nos últimos doze anos de mandato disse ter havido alguém mais preocupado em comprar um carrão para a Presidência do que comprar máquinas de trabalho, bastante necessárias ao Concelho do Crato.

Pedi ao senhor Presidente da Câmara para que, cada vez que a Câmara Municipal apoiar no arranjo de uma igreja, na atribuição de um subsídio, etc., valorize esse trabalho, pois disse haver discursos com os quais não concorda porque quando a Câmara Municipal faz alguma coisa ou apoia uma instituição, diz-se que não fez mais que a sua obrigação.

Disse que é necessário saber dividir o que são atribuições e competências das autarquias locais, na área da Educação, da Cultura, do Ensino e do Desporto, daquilo que são responsabilidades da Administração Central, pois há discursos que fazem crer que as coisas não são feitas porque a Câmara Municipal não quer fazer.

Disse ser necessário conhecer o quadro pelo qual todas as autarquias estão a passar e também a Lei dos Compromissos que considera ser o acordo da TROIKA do Governo com as autarquias e que é clara e que diz que as Câmaras Municipais têm que reduzir no pessoal para além do estipulado.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse haver sugestões credíveis, da parte dos membros da Assembleia Municipal, nomeadamente o apoio às instituições, pelo número de pessoal que nelas trabalham, referindo-se às IPSS's, que devem merecer, num atual quadro de contenção, o apoio que esteja ao nível das possibilidades da autarquia, assim como as coletividades.

Disse que antigamente era mais fácil gerir uma Câmara Municipal do que nos dias de hoje. Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **João Teresa Ribeiro**, referindo-se à questão levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa e disse nunca ter dado instruções aos serviços para não entregarem documentos na sua Junta de Freguesia e que iria informar-se para saber o que se passa, porque se os documentos foram entregues noutros sítios e nesta junta não entregaram, alguém não está a cumprir o seu dever.

Disse não ter a formação jurídica que tem o senhor Presidente da Junta de Flor da Rosa, pois o mesmo diz que o Presidente da Câmara Municipal viola todas as normas legais e disse que existem entidades responsáveis para avaliarem e condenarem, se for caso disso, a sua conduta.

Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa o acusa de discriminação política apesar de saber que é a freguesia em que a Câmara está a gastar mais, que o mesmo deveria reconhecer as obras que estão a ser feitas na sua própria freguesia, pois se todas as freguesias deste País fossem alvo dessas mesmas obras, possivelmente não haveria desemprego neste País.

Relativamente às intervenções sobre o seu discurso negativista e de lamúrias disse que não se lamenta, que apenas está a fazer o seu dever não deixando de reivindicar, a quem tem o direito de resolver os problemas deste Concelho, nomeadamente ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, à Assembleia da República, assim como em todas as lutas que há, o Presidente da Câmara marca a sua presença para protestar.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que o Governo este ano vai gastar cento e oitenta mil milhões de euros e que Concelho do Crato pouco investe.

Relativamente ao desemprego disse que era benéfico que esta Câmara e todas as outras pudessem resolver esse problema mas que as Câmaras Municipais não têm meios nem competências legais para tal, apenas criam algumas condições para a criação de emprego, sendo o atual Governo que concede os apoios e os benefícios a quem venha a instalar-se no Concelho do Crato ou em qualquer outro concelho.

Em relação ao processo da Moagem disse que será enviado a cada um dos grupos políticos com assento na Assembleia Municipal.

Em relação à auditoria disse que a Assembleia Municipal, como órgão autónomo, pode tomar uma posição, reclamando uma resposta a esta situação, como já foi recomendado pelo eleito Rui Matos Dias.

Disse que também está interessado em saber se o processo é arquivado ou não, pois há muitas situações que têm que ser esclarecidas, nomeadamente como foram gastos cento e setenta e sete mil euros nas festas de Gáfete no ano de 2009, em que há, segundo informações, duplicação de faturação, processos e bens que desapareceram e que tudo isto tem que ser esclarecido.

Tomou a palavra a Técnica Superior, **Dr. Maria da Costa**, dizendo que relativamente à intervenção da Dr.^a Alda Grácio sobre alegada ilegalidade da ata da Assembleia Municipal, esclarecendo **não existir qualquer fundamento para o alegado, tendo em conta que o Dr. Jorge Pinto celebrou um contrato de prestação de serviços em regime de avença, com a Câmara Municipal do Crato, não sendo nenhum "tarefeiro"**. Esclareceu ainda que na própria ata refere-se ao técnico e não ao técnico da Câmara Municipal, sendo o Dr. Jorge Pinto, nesta qualidade, de facto um técnico.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Relativamente à taxa de publicidade e de ocupação de espaço público, disse que esta taxa está refletida no respetivo Regulamento Municipal, sendo que a Câmara Municipal tomou uma deliberação para reduzir em 50% a taxa aos agentes económicos do Concelho do Crato, informando que aos agentes económicos que pagaram esta taxa, foi-lhes remetido um cheque com a diferença deste pagamento após a deliberação tomada pela Câmara Municipal.

Em relação à questão do IRS disse que esta é uma deliberação competência da Assembleia Municipal do Crato, nos termos da Lei das Finanças Locais, pois foi este órgão que aprovou, por unanimidade, esta deliberação.

Informando que a Autoridade Tributária remeteu o ofício à Câmara Municipal, fazendo alusão à ata da Assembleia Municipal, dizendo que aquando da discussão e votação deste assunto na sessão da Assembleia Municipal do Crato, nenhum membro levantou esta questão.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **João Teresa Ribeiro**, dizendo que a Câmara Municipal não se lamenta de apoiar as coletividades e instituições, seja qual for, esclarecendo que os apoios são dados com convicção, sendo que é um dever do Presidente da Câmara dar a conhecer onde são utilizados os meios, humanos e financeiros da Câmara.

Disse que é preocupação e dever da Câmara Municipal, tornar público as suas deliberações, através de edital, no qual está exposto todo o tipo de apoios que a Câmara concede.

Disse que sobre os apoios concedidos, a Câmara Municipal gostaria de conceder mais para satisfazer as dificuldades das instituições, mas que mesmo assim com esta prática os responsáveis pelas instituições fazem um trabalho diferente do que faziam no passado, pois têm mais iniciativa para angariar dinheiro para a sua instituição, sabendo que o



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

dinheiro é gerido de outra forma, pela Câmara Municipal, verificando-se por sua vez, um desinteresse da parte de certas pessoas, que enquanto a instituição teve dinheiro fácil, quase que morriam por ela.

Relativamente às bolsas de estudo disse que a Câmara Municipal tem um regulamento e nele consta que serão apoiados jovens mais carenciados e não todos os jovens, sendo esta a política desta Câmara.

Em relação à intervenção do Prof. Miguel Batista sobre a abstenção conjunta do pagamento de uma prestação de serviços na Passagem do Ano, informou que nunca se irá abster de uma deliberação que seja tomada por si, o que não é o caso desta, pois é uma dívida que vem do mandato passado, ou seja, os que decidiram a dívida, os eleitos do PS, abstiveram-se e logicamente não seriam os eleitos da CDU a votar favoravelmente uma dívida na qual não participaram.

Informou que a Câmara Municipal tem outras dívidas contraídas no mandato passado, nomeadamente a dívida das Termas de Monte da Pedra e a dívida das infraestruturas da Tapada da Lameira, que rondam os cento e muitos mil euros, que possivelmente não irão ser pagas enquanto não foram devida e legalmente esclarecidas e só o serão se o tribunal assim o entender.

Relativamente ao relvado do Campo de Futebol de Gáfete disse que uma obra tem que ter sempre um projeto e que esta obra há 12 ou 13 anos que vem plasmada nas Grandes Opções do Plano, mas a verdade é que não havia projeto. Disse que neste momento já existe projeto, caso não se consigam apoios, não será feito, tal como outros projetos que a Câmara Municipal tem, pois existem outras prioridades.

Relativamente à compra de um autocarro novo e das casas, disse que se está a fazer um estudo para ver as disponibilidades financeiras da Câmara Municipal, para satisfazer essas necessidades.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Relativamente às Termas de Monte da Pedra disse que ainda não se sabe se são viáveis e que enquanto não se resolver o problema do saneamento a questão das Termas também não é resolvida.

Em relação ao Centro de Saúde disse que pela parte da Câmara Municipal esta obra será realizada, caso não o seja será o Governo a impedir a sua construção, dizendo que os eleitos da Assembleia Municipal, tem na sua posse toda a documentação onde está referido o interesse e a intenção da Câmara Municipal de assumir toda a obra.

Relativamente às despesas do Festival do Crato disse que serão apresentadas em devida altura, pois neste momento ainda não é possível dar uma informação sobre as despesas.

Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Gáfete sobre a entrega de prémios disse haver uma falha realmente, mas que não é apenas o nome do senhor Presidente da Junta que falta, faltando também o do senhor Vereador Fernando Gorgulho que também esteve presente.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que em relação à Inauguração da Casa do Forno deveria constar Reinauguração, pois a mesma já foi inaugurada anteriormente, assim como se inaugurou a Varanda do Grão Prior, uma coisa que já existe há quinhentos anos.

Relativamente à 28.º Feira de Artesanato e Gastronomia, disse que o cartaz não tem nomes muito sonantes e alertou para a questão da segurança nestes dias, devendo haver maior policiamento, porque considera que no ano anterior houve muita droga, sabendo que há muita gente a consumir mas que também há pessoas com mais do que aquela que pode ter na sua posse, referindo que no ano anterior cheirava bastante mal dentro do recinto.

Considera que o cartaz no dia 31 de agosto é um pouco fraco com “A Naifa” e “Sétima Legião”, tirando o DJ “Zé Pedro”.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Disse que desconhece, relativamente à ata n.º 9 de 23 de abril, a saudação que os senhores Vereadores do PS, fizeram ao 25 de abril e ao 1.º de maio, considerando que essa informação deveria também ter sido enviada, pois esse assunto desencadeou 20 páginas da ata da reunião, onde o senhor Presidente da Câmara e o Vereador José Correia da Luz se de gladiaram.

Lamenta o facto de ter passado a opinião dos Vereadores terem votado contra o Centro de Saúde, quando os mesmos o fizeram e não foi contra o centro de Saúde, apenas consideram que deveria haver um parecer técnico de arquitetura.

Disse que na informação da Câmara não está bem explícito o gabinete de arquitetura, apenas se conhece que a Câmara Municipal contratou nova empresa na declaração de voto do PS.

Disse estar completamente de acordo em relação ao nome das ruas, nomeadamente Dr. João do Carmo Dias, senhor José Joaquim da Conceição Lopes, pessoa que muito estimava, mas considera que falta um pormenor interessante, na grande seca de 1992 foi o senhor “Zé Foguete” que abasteceu o Crato de água, colocando um furo virado para a rua para toda a população se abastecer, fazendo um ato altamente altruísta.

Relativamente ao Futebol Clube do Crato disse lamentar a falta ao jogo com o Bombarral considerando que neste caso a Câmara Municipal deveria ter tido uma ação mais eficaz quando reuniu com a direção quando esta suspendeu o futebol e ter-se-iam poupado mil e quinhentos euros por esta falta de comparência e mais os pagamentos da arbitragem e as despesas com policiamento o que reduziria em metade, a multa, considerando que a Câmara deveria ter feito mais e a direção desmotivada não cumpriu o que devia ter cumprido.

Disse que o Futebol Clube do Crato pediu um apoio de 747,52 euros para pagar a última tranche da multa que vencia em maio e que, para seu espanto, viu nas atas que a maioria



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

na Câmara Municipal atribuiu mil euros ao Futebol Clube do Crato, ajudando-os a resolver esse assunto e muito bem, mas esses mil euros vão ser retirados no próximo ano o que considera errado.

Disse que a Comissão do Futebol Clube do Crato está de parabéns pelo trabalho que tem feito, pois já amortizou mais quatro mil euros.

Sobre a ata n.º 3 de 6 de junho disse que faltam as declarações de voto de vários assuntos dos três vereadores da oposição e considera necessário ler essas declarações de voto para melhor entender a posição de cada um na respetiva votação.

Sobre a deliberação n.º 250 disse que continua a haver cedências de autocarro a sindicatos e considera bastante grave não haver referencia ao pagamento de horas extraordinárias, o que só acontece com as Juntas de Freguesia, vindo sempre expresso nas atas que a Câmara Municipal não se responsabiliza por horas extraordinárias, postura que também deveria ter para com os sindicatos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Carmosino, retirou a palavra ao Prof. Miguel Batista, uma vez que, já tinha solicitado a todos os membros da Assembleia Municipal para que cada um gerisse bem o tempo de intervenção dado ao adiantado da hora.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Flor da Rosa, **Celestino Marques Faustino**, dizendo que os órgãos representativos de Flor da Rosa nunca estiveram contra os projetos em curso apesar de não terem sido ouvidos sobre os mesmos, como era de Lei.

Informou o senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Assembleia de Freguesia de Flor da Rosa já aprovou o parecer da Lei 22/2012 de 30 de maio, na sua sessão ordinária realizada em 9 de junho e que a seu tempo lhe será enviado para efeitos de pronúncia da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Tomou a palavra o **Dr. Pratas, do PS**, dizendo que há a necessidade de clarificar uma questão que não foi resolvida na última sessão da Assembleia Municipal entre si e o senhor Presidente da Câmara Municipal do Crato, questionando-o se deu indicação aos serviços para que trouxessem para esta sessão da Assembleia Municipal, o Documento de Prestação de Contas de 2010.

Disse que na última sessão da Assembleia Municipal referiu que o Documento de Prestação de Contas de 2011, continha páginas iguais ao Documento de Prestação de Contas de 2010, o qual o senhor Presidente da Câmara contraditou e neste sentido desafiou o senhor Presidente da Câmara a mandar os serviços, para que na próxima sessão da Assembleia Municipal, tivessem em sua posse os dois documentos, para se saber de quem é o ónus.

Repetiu que entre um documento e o outro há uma cópia sem qualquer referência de comparação, considerando que copiar, tanto pode ser a página inteira como apenas um parágrafo, dando alguns exemplos que considera iguais, do Documento de Prestação de Contas de 2010 e 2011.

Disse que se o senhor Presidente da Câmara Municipal tivesse dito que estava a confrontar um ano e outro, seria aceitável, mas não foi isso que aconteceu e portanto a sua intervenção novamente nesta Assembleia Municipal, sobre este assunto, para que pudesse ser clarificada esta situação.

Relativamente à auditoria disse que todos estão interessados em saber o resultado final para que, as pessoas referenciadas neste processo sejam condenadas ou absolvidas se for caso disso.

Disse que esta Assembleia Municipal pode solicitar, às instituições competentes, para que haja uma certa celeridade no procedimento deste processo, a bem daqueles que são visados e de todos os que desejam ver o problema resolvido.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Dr. João Teresa Ribeiro**, dizendo que a ata da última Assembleia Municipal foi-lhe entregue mas que não a leu e que apesar disso, mantém tudo aquilo que disse na última sessão da Assembleia Municipal, repetindo que não há uma página igual entre os dois Documentos de Prestação de Contas, admitindo no entanto haver parágrafos iguais, mas considerando que parágrafos não é o mesmo de páginas.

Sobre o Futebol Clube do Crato disse que jamais, como Presidente da Câmara, se intromete no que cada coletividade decide fazer, nomeadamente quando não solicitam a sua ajuda e por isso disse, para não responsabilizarem o Presidente da Câmara por decisões que são tomadas por outros órgãos, seja de que instituição for.

Tomou a palavra o **Prof. Miguel Batista, do PS**, dizendo que espera que o senhor Presidente da Assembleia Municipal consiga manter a postura que teve para com a sua pessoa, ao retirar-lhe a palavra, nas próximas sessões da Assembleia Municipal.

Disse que o seu discurso é claro e direto, apesar de ser um pouco exaustivo mas isso é resultado da elaboração de um trabalho de casa e que algumas das intervenções são bastantes longas e muitas das vezes não se entende nada do que estão a dizer.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, dizendo que a Assembleia Municipal vai evoluindo e que o Prof. Miguel Batista está a remetê-lo para aquilo que deve ser, ou seja, distribuição de tempos pelos grupos políticos nas sessões da Assembleia Municipal.

Disse que tem feito de tudo para não ser acusado de ditador, que tem sido bastante tolerante em relação ao tempo de cada intervenção, em que muitos dos membros abusam.



MUNICÍPIO DO CRATO

Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

2. Eleição do Presidente da Junta de Freguesia e seu substituto para participar, em representação do Município do Crato, no XX Congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dia 29 de setembro de 2012;

Pelos eleitos da CDU foi apresentada uma proposta.

Presidente da Junta de Freguesia efetivo - Presidente da Junta de Freguesia de Crato e Mártires, **José António Correia Belo**;

Presidente da Junta de Freguesia substituto - Presidente da Junta de Freguesia de Vale do Peso, **Manuel de Carvalho Grilo**.

Não havendo a apresentação de mais propostas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino**, colocou a proposta apresentada pelos eleitos da CDU à votação, obtendo o seguinte resultado:

- a) 12 (doze) **Votos a favor**,
- b) 9 (nove) **Votos em Branco**.

Deliberação: A proposta apresentada pelos eleitos da CDU foi **aprovada** por **maioria**.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Na presente reunião verificou-se a presença de algum público e interveio o senhor **Artur Manuel Rodrigues Durão**, residente na Rua da Travessinha, 13 em Aldeia da Mata, informando que a Fonte da Bica em Aldeia da Mata está a perder água e que na Rua do Fundão um esgoto que corre a céu aberto.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.



MUNICÍPIO DO CRATO
Assembleia Municipal

Ata n.º 4/2012, 29 de junho

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e quatro horas e vinte minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando Carmosino Simões Bastos Silva**, pela 1.ª Secretária, **Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco** e pelo 2.º Secretário, **Rui Miguel Varela Chorrinca**.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1.ª Secretária

O 2.º Secretário